

ZENIT - O mundo visto de Roma

Código: ZP07052407

Data de publicação: 2007-05-24

Santa Sé: instituições multilaterais devem dar rosto humano à globalização

Afirma Dom Parolin, segundo explica o subsecretário vaticano para as Relações com os Estados

ROMA, quinta-feira, 24 de maio de 2007 ([ZENIT.org](http://www.zenit.org)).- A Santa Sé considera possível que as instituições multilaterais dêem um rosto humano à globalização, sempre que se orientem por uma cultura ética, confirma Dom Pietro Parolin.

Ele interveio na terça-feira em Roma sobre o tema «Santa Sé: uma face de outra globalização -- organizações internacionais e governo global», no marco da sessão de estudo organizada por «Pax Romana» (www.paxromana.org) por ocasião de seu 60º aniversário.

Subsecretário da Seção as Relações com os Estados -- da Secretaria de Estado do Papa --, Dom Parolin reconheceu as «diferenças da globalização», mas «o ser humano pode moralizá-la e humanizá-la».

«Podem-se introduzir, nas instituições nacionais e internacionais, as correções necessárias para que a dinâmica geral funcione a favor do autêntico bem comum geral -- afirmou -- e não de grupos financeiros, de algumas pessoas e de poucos países».

Déficit de governabilidade global

«O analista e o agente político não podem deixar de perceber, às vezes de maneira extremamente aguda, as dificuldades existentes para dar sentido e gerir a sucessão constante dos eventos globais», refletiu Dom Parolin.

A isso se une o paradoxo sobre o qual alertou: «Existe, mais que em nenhum outro momento do ser humano, a plena consciência da comunidade e da interdependência das grandes problemáticas mundiais, como o meio ambiente, a pobreza, as migrações, a segurança coletiva, os direitos humanos».

«Contudo -- prosseguiu --, tal consciência está acompanhada freqüentemente pela aparição do espírito nacionalista, com a forte tentação de Estados ou de grupos de Estados de resolver sozinhos os problemas, ainda que isso se obtenha em prejuízo dos outros.»

«Tal tendência é, precisamente, indicação de um déficit de governabilidade por parte das instituições internacionais existentes -- indicou: a ONU e a galáxia de suas agências especializadas, as Organizações independentes da ONU e as Organizações regionais.»

Mas, em sua opinião, «o déficit de governabilidade afeta também os Estados nacionais, também os mais poderosos, os quais não tem capacidade, eles sozinhos, de oferecer respostas globais nem de dirigir os efeitos da globalização no interior de suas próprias fronteiras».

A necessária «família de Nações»

A doutrina social da Igreja -- recordou Dom Parolin -- acompanhou e alentou sempre o desenvolvimento das instituições multilaterais, intuindo «que o rosto humano da interdependência -- hoje se diria da globalização -- pode ser assegurado principalmente pelas organizações internacionais, com a condição de que estejam dotadas da necessária autoridade, busquem respeitar a igualdade dos membros da comunidade internacional, promovam a assunção de uma responsabilidade solidária pelo destino comum, e suas decisões e atividades possam reconduzir-se ao serviço da dignidade do homem».

É «essencial» que tal autoridade pública universal «seja fruto de um acordo e não de uma imposição» -- apontou --, «que não seja entendida como 'um super-Estado global'», que «esteja regulada pelo Direito, ordenada ao bem comum e respeitosa do princípio de subsidiariedade».

E «para poder constituir-se verdadeiramente como um grau superior de ordenamento mundial, esta autoridade mundial deve, na gestão da interdependência, adquirir uma dimensão moral», um fim para o qual se deve recorrer -- convidou Dom Parolin -- ao conceito de «família de Nações» que propôs João Paulo II [em seu discurso à Assembléia Geral das Nações Unidas, em 5 de outubro de 1995].

Isso tem forte atualidade na presente globalização, apontou, porque, como dizia o falecido pontífice, «'família' evoca imediatamente algo que vai além das simples relações funcionais» ou de interesse, pois, por sua natureza, é «uma comunidade fundada na confiança recíproca, no sustento recíproco, no respeito sincero», onde «não existe o domínio dos fortes», mas «os mais fracos», precisamente por sua condição, «são duplamente acolhidos e servidos».

E «não só os ensinamentos sociais da Igreja contemplam favoravelmente a ONU» como caminho de governabilidade global, senão que lhe propõem «e quase a desafiam a alcançar» a «meta ética de constituir-se verdadeiramente como família de Nações», expressou Dom Parolin.

Para isso é indispensável, sublinhou, «que se dê às Nações Unidas uma maior eficácia política e jurídica» e que «todas as normas e as ações das Nações Unidas estejam impregnadas de uma 'cultura ética'».

O papel da Santa Sé

Neste contexto, compete à Santa Sé, como ator internacional, oferecer a contribuição «da cultura ética»; daí que, como recordou o subsecretário vaticano para as Relações com os Estados, «insista na atuação dos valores fundamentais da solidariedade, do diálogo, da busca do consenso, da renúncia a impor as próprias razões com a força, da cooperação».

Não é, no entanto, tarefa da Santa Sé -- assinalou -- «dar indicações concretas sobre o reordenamento jurídico e político da comunidade internacional com o objetivo de enfrentar as novas realidades internacionais e converter-se verdadeiramente no rosto humano da globalização».

Já «da cultura ética se deduzem também algumas indicações fundamentais de justiça para a própria reforma das instituições», declarou o subsecretário de Relações com os Estados.

Sobre a questão «da possibilidade de que as instituições dêem uma resposta de governabilidade à presente situação internacional ou que dêem um rosto humano à globalização, pode-se responder que a Santa Sé o considera possível», admitiu, e «crê que isso acontecerá» através desse chamado a uma «purificação das consciências».

Igualmente, «a rejeição de toda atitude de cinismo que leve a aproveitar-se dos mecanismos multilaterais para promover interesses nacionalistas é a contribuição mais importante que a Santa Sé pode dar à comunidade internacional», acrescentou.

De qualquer forma, em uma governabilidade desde um rosto humano, a sociedade civil tem também um «papel fundamental», afirmou Dom Parolin.

Sua ação é «imprescindível» porque, «do fermento da sociedade civil», «nascem idéias, orientações» e iniciativas «que depois chegam aos foros internacionais e determinam com freqüência as decisões dos governos ou dos organismos multilaterais», concluiu.

Receba os Serviços de ZENIT por [correio eletrônico](#) !

[Voltar](#)

[Voltar para a página principal](#)

© Innovative Media, Inc.

A reprodução dos serviços de ZENIT necessitam da permissão expressa do [editor](#).